

## Uma (outra) narrativa sobre o currículo

Ana Isabel Moreira<sup>i</sup>

TEXTO ORIGINAL: DUARTE, Pedro. **Pensar o desenvolvimento curricular**: uma reflexão centrada no ensino. Porto: Politécnico do Porto/Escola Superior de Educação, 2021.

O livro de Pedro Duarte – *Pensar o desenvolvimento curricular: uma reflexão centrada no ensino* – data de 2021 e é dedicado “a todos os professores”, porventura porque, como o próprio afirma, “aqui, nestas páginas, sou professor”.

São quase trezentas páginas, em formato *ebook*, que se dividem em duas partes principais: a primeira, *Para um posicionamento conceptual*, e a segunda, *Para uma discussão potencialmente prática*. Ambas organizadas em diversos capítulos que ajudam a explicitar o que aqueles títulos principais não explicam, e apenas indiciam.

Antes disso, mas já depois dos apontamentos dos professores Bernardo Canha e Carlos Rosales López, em forma de prefácio e prólogo, há uma introdução na qual o autor apresenta as motivações que foram tomadas como ponto de partida para a redação do livro em estudo, bem como o enquadramento conceptual que o vai sustentar nas suas múltiplas linhas. Sintetizando com elementos dali retirados, pretende-se “notabilizar a importância das práticas de ensino”, não ignorando outros pontos “relacionados com a gestão ou a aprendizagem” (p. 32). Na tentativa de dar forma a um documento quase como um diálogo com outros professores, e mais simples do que os herméticos textos académicos, Pedro Duarte aproxima o ensino e os processos de decisão curricular, pensando concretamente o ato de ensinar nas suas orientações éticas, implicações pedagógicas, consequências formativas. Este ponto prévio termina com uma menção aos *mistérios* subjacentes ao ensino e à aprendizagem e que não podem, e na verdade não são, alheios a professores e educandos. Ainda consegue interpelar, desafiar até, os leitores a juntarem-se “esperançosamente” numa ação mais ampla, real, e desejavelmente protagonizada por “construtores de mudança” (p. 35).

---

<sup>i</sup> Doutora em Educação (Didáticas Aplicadas, Educação Histórica) pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Adjunta Convidada na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. E-mail: [ana\\_moreira@hotmail.com](mailto:ana_moreira@hotmail.com) - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6757-8005>.

A já referida parte decompõe-se em três capítulos principais: o *currículo*, a *prática curricular* e a *avaliação*, que, por sua vez, desfiavam um conjunto variado de elementos conceituais fundamentais para a argumentação assumida.

Sobre o *currículo*, desde logo, aborda-se a pluralidade de significados associados ao mesmo, com consequência na sua presença nos sistemas de ensino e organizações escolares. De facto, às vezes sem um total esclarecimento, verifica-se uma espécie de “entendimento finalizado” do currículo, portanto “uma percepção essencialmente burocratizada do mesmo” (p. 41), que quase o resume a um facto, a um produto ou a um texto. Para o autor, porém, trata-se de “um projeto político-educativo, humana e interativamente (re)construído e vivenciado, em torno dos conhecimentos e das experiências escolares” (p. 41), como já havia partilhado noutro texto anterior. Esta visão é por si perfilhada, embora inspirada em autores vários como Gimeno Sacristán, Alcino Matos Vilar, Varela de Freitas ou Carlinda Leite, e propicia uma visão mais abrangente sobre o que é, então, o currículo, isto é, favorece “um pensamento mais agregador da totalidade da experiência escolar e sua relação com questões éticas e políticas” (p. 44). No que concerne às *dinâmicas curriculares*, o autor menciona a variedade de influências e decisões curriculares que, de forma direta ou indireta, marcam a experiência escolar. Clarifica os, para si, cinco níveis de influência curricular – mega (transnacional), macro (nacional), meso (comunidade educativa), micro (estudantes), nano (interação pedagógica) –, ao mesmo tempo que acrescenta seis conceitos para aprofundar “a discussão conceptual e estratégica” (p. 51) – currículo prescrito, currículo apresentado, currículo modelado, currículo real, currículo realizado e currículo avaliado. Por fim, destaca os docentes como “efetivos (co-)construtores curriculares”, assim como a inexistência, neste âmbito, de uma “racionalidade universalmente válida” (p. 56). Avançando para a *dimensão político-normativa*, é sublinhada a relevância de se conhecer o “legado histórico e político, no domínio curricular” (p. 56), também para se analisarem e compreenderem as indicações normativas atuais. Em particular sobre as alterações curriculares em Portugal, Pedro Duarte percorre três períodos sequenciais: o da Reforma Curricular (1989-2001), o da Reorganização Curricular do Ensino Básico (2001-2012) e o da Recontextualização Normativa do Currículo (2012-2017), detendo-se nas principais diferenças entre eles, além de apontar, ainda, o período atual da Flexibilidade Curricular. Finaliza este ponto considerando que as mais recentes mudanças têm potencial para permitir orientar o rumo

para a real autonomia escolar, na verdade “convergente com as finalidades sociais da escola numa sociedade democrática” (p. 62).

O capítulo seguinte, alusivo à *prática curricular enquanto experiência dialógica, ética e estética*, começa precisamente com a caracterização genérica de uma experiência, pormenorizando depois a experiência escolar, educativa até, que, defende o autor, não pode assentar na mera instrução e engloba uma dimensão estética. Este último aspeto surge concretamente explicitado, em seis pontos, pois “é importante pensar cada momento curricular como uma experiência simultaneamente assente na sensibilidade e na intelectualidade” (p. 71). Acrescenta, depois, cinco eixos de análise associados à ética inerente aos processos de ensino e de aprendizagem, porquanto aquela está presente “em toda a experiência curricular do estudante” (p. 74). Adiante, justifica-se o facto de fazer sentido uma experiência escolar firmada em diálogo(s), para aquela se distinguir como uma espécie de “mediação entre quem sab[e], o conhecimento e eu” (p. 76). Mais uma vez, o autor socorre-se de cinco pontos para sustentar a sua ideia de processo formativo decorrente da interação social, desta feita sobressaindo, como alicerce conceptual, o trabalho do pedagogo brasileiro Paulo Freire. Se o conhecimento adquirido não é “uma transposição direta dos saberes científicos e artísticos” (p. 80), então o diálogo torna-se fundamental no processo educativo e sua adaptabilidade. Há também espaço para, a seguir, se abordar o modo como os “saberes, e as dinâmicas pedagógicas, se estabelecem enquanto unidades organizativas próprias” (p. 81), salientando-se a sua diversidade e hibridismo – disciplinas, centros de interesse ou unidades pedagógicas, por exemplo. Tal organização precisa de concretizar-se em experiências educativas autênticas e, por isso, diferenciam-se teoricamente conceitos como estratégia, método, atividade pedagógica, tarefa/segmento. Depois, o autor foca-se, em concreto, nos métodos de trabalho possíveis em contexto de sala de aula, dividindo-os em métodos expositivos, interativos e ativos, e caracterizando brevemente as opções dentro de cada um deles, por se tratarem de opções didático-curriculares. Por último, menciona os recursos e espaços que inevitavelmente condicionam as experiências pedagógico-curriculares, não por constituírem um fim em si mesmo, antes por serem “um meio para enriquecer e/ou complexificar a experiência formativa de cada estudante” (p. 114).

O capítulo final principia com o clarificar do carácter *parapedagógico* que vai sendo conferido à *avaliação*, pois parece ser “um eixo complementar (por vezes, meramente aditivo)

ao ensino” (p. 115). Segundo as palavras redigidas, tende a haver, primeiro, um tempo para ensinar e aprender e, só depois, um tempo para avaliar. Para esclarecer o que podemos entender como avaliação em contexto escolar, o autor, de entre várias persectivas, salienta aquela que interliga reflexão, compreensão, valoração e investigação. Complementa esta sua exposição com a análise dos paradigmas avaliativos, opondo o paradigma dominante e hegemónico ao paradigma emergente, alternativo ou da complexidade. Nas linhas que se seguem, o foco centra-se nas funções, tipologias e sentidos da avaliação, sobretudo para explicar a “forma como [aquela] interage com as múltiplas experiências pedagógico-curriculares” (p. 136). Assim sendo, apresenta sete funções – significação pedagógica, informativa, orientação/regulação, pedagógica/formadora, motivadora, de certificação, de controlo; três tempos da avaliação em relação à experiência pedagógica (assíncrona inicial, assíncrona final e síncrona) e ao longo do período escolar (discreta, continuada, contínua); sentidos pedagógicos distintos – diagnóstica e/ou prognóstica, formativa, sumativa/cumulativa ou das aprendizagens, para as aprendizagens, como aprendizagem. Continua, esclarecendo que a avaliação mais se centra, habitualmente, nos conhecimentos e não tanto nas aprendizagens desenvolvidas pelos estudantes. Não sendo os processos de avaliação fáceis, será relevante ponderar os métodos a mobilizar, nomeadamente, os não interferentes (observação, análise documental) e os interferentes (entrevista, provas convencionais), assim como os instrumentos. Antes ainda, o autor tece alguns apontamentos sobre os critérios de avaliação, vinculados “a qualquer método ou instrumento” (p. 151). Este capítulo finda com a tentativa de se potenciar um outro olhar face à avaliação, esmiuçando aquelas ideias de agentes educativos, de decisores políticos, da opinião pública que, não raras vezes, “tendem a reduzir a diversidade de práticas avaliativas em contexto escolar” (p. 161). Portanto, desconstroem-se certos mitos avaliativos subjacentes, por exemplo, às ideias de objetividade, comparação, homogeneidade, quantificação, entre outras.

A parte dois, que só pelo título remete a análise encetada para uma dimensão mais prática (*Para uma discussão potencialmente prática*), divide-se em dois capítulos distintos, por sua vez compostos por vários pontos de reflexão.

Logo à partida – *Ultrapassando a linearidade instrumental* –, Pedro Duarte prossegue a discussão sobre o currículo, mote indiscutível para o seu texto, mas “alicerçado naqueles que são os seus agentes principais – alunos, professores e comunidade educativa local” (p. 188). Como elemento inicial, agora, menciona o *risco* enquanto “condição necessária para a educação

e para o desenvolvimento curricular” (p. 188). Na verdade, será relevante que o mesmo esteja presente na interação didática, porquanto a sua ausência é favorável à uniformização, à desconsideração da diferença, à redução da ação consciente e democrática. A redação ruma, entretanto, à *humanização dos agentes e das práticas* e, mais uma vez baseando-se em Paulo Freire, o autor esclarece a forma como, pelo contrário, a desumanização pode encontrar ecos na realidade escolar, sobretudo devido à artificialidade nas relações, nas práticas ou nos espaços. Acresce a esta interpretação as perspectivas mais contemporâneas de Nussbaum ou Giroux, sublinhando que para contornar aquele panorama distante do desejável será essencial que “as dinâmicas de desenvolvimento curricular derivem de uma matriz humanista e humanizadora” (p. 202). Segue-se a *legitimidade profissional e democrática* inerente à ação dos professores, corroborando-se a ideia de que as opções curriculares têm de ser encaradas como ações legitimadas pela profissionalidade docente e pela lógica da democracia. Quer isto dizer que qualquer decisão curricular resultará do somatório entre a responsabilidade social da profissão (docente) e o conhecimento específico (perfilhado pelo professor). No entanto, o autor, no que diz respeito àquele último aspeto, alerta para o facto de o conhecimento profissional não poder ser entendido como “um saber dogmático, imutável ou universal” (p. 205), sob pena de se acreditar numa falácia. Entre os pontos de vista de Stenhouse, Alarcão ou Young, sublinha a importância do desenvolvimento profissional consciente, fundamentado, contextualizado, nomeadamente como ‘fuga’ face à apatia intelectual ou à rotina acrítica. Ainda neste capítulo, quase a transitar para o seguinte, aponta-se a necessidade de *fundamentar e fundar posições*, uma vez que tal contribui para afastar a mediação didática da linearidade e do simplismo tecnicista ou mesmo para evitar uma certa desprofissionalização docente. De forma mais sintética, quase em jeito de conclusão, defende-se que os processos de deliberação curricular precisam de assentar no conhecimento com sentido, com reflexão e com esclarecimento. Termina, então, explicando *princípios fundacionais e princípios estratégicos* associados à “necessidade de se justificarem as decisões pedagógico-curriculares” (p. 213). Exemplifica alguns desses princípios, não deixando de referir que os mesmos “deverão ser da autoria dos agentes escolares” (p. 218).

O segundo capítulo desta parte, último do livro no seu conjunto, *Pensar a experiência escolar*, amplia a abordagem até então concretizada, centrando as decisões curriculares nos processos letivos, nas dinâmicas organizacionais e, por fim, ilustrando algumas experiências

escolares. Principia com o tópico *o desenvolvimento curricular: bases para uma discussão*, partindo de um esquema de autoria própria, para evidenciar a complexidade dos processos de desenho e desenvolvimento curricular. Na verdade, para o autor, esses processos são “uma dinâmica rizomática, ou seja, uma rede composta por um conjunto de nós interligados, interativos e interdependentes” (p. 221). Depois, a atenção centra-se no *desenho de experiências escolares*, salientando que as mesmas são marcadas pela complexidade e pela multiplicidade de diálogos entre distintos agentes com distintas concepções sobre a escola, as suas finalidades, as suas formas de organização. Também neste âmbito, concretiza algumas observações de carácter analítico sobre as decisões subjacentes ao tempo, ao(s) ambiente(s), aos recursos, à avaliação, à seleção/organização cultural, às particularidades didáticas/disciplinares, além de abordar alguns pontos mais específicos relativos aos alunos, aos professores e à mediação/diálogo. Por fim, *ilustrando artefactos curriculares*, o autor consegue, no seu entender, “refletir um pouco sobre as suas implicações no ensino e na aprendizagem” (p. 237). Apresenta, pois, um conjunto de produções originais para valorizar elementos conceptuais defendidos até então e, em simultâneo, para exemplificar o que pode fazer-se de modo diferente ou, pelo menos, com base numa outra forma de ver. São exemplos concretos de horários, programas curriculares, unidades pedagógicas, trabalhos por projeto, planificações de aulas, comentados nos seus pontos fortes e pontos fracos, e naturalmente à luz da teoria anteriormente descortinada.

Este livro encerra, pois claro, com as *últimas notas*, linhas onde se sublinha a intenção de contribuir para a reflexão já construída sobre “dinâmicas de deliberação pedagógica e profissional num *continuum experiencial*” (p. 275). Mais ainda, Pedro Duarte resume o seu trabalho em dez ideias-chave, aquelas que, no seu entender, mais enriquecem a discussão associada aos estudos curriculares. Termina, de facto, destacando como é essencial “continuarmos a encontrar esperança para tornar a escola e a sociedade mais belas” (p. 285). A sua escrita e o conteúdo da mesma espera que sejam para tal um contributo.

Quer seja nas linhas ou nas entrelinhas, nos esquemas desenhados ou nos exemplos pensados, nas referências de outros ou nas próprias palavras, este livro é, pelas mãos do seu autor, uma compilação de cogitações fundamentadas e capazes de evidenciar uma narrativa muito singular sobre a educação, num sentido mais lato, e o desenvolvimento curricular, numa dimensão mais estrita. Por sua vez, daí sobressai um olhar já bem apurado, embora às vezes

genuinamente utópico, que fixa, em concreto, a escola, os professores, os alunos, as interações pedagógicas entre aqueles últimos. E, decerto, todos estes elementos continuarão a ser a matéria-prima necessária para o prosseguir da discussão...

Recebida em: 16/08/2022

Aprovada em: 29/08/2023

Publicada em: 03/05/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.